

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL PARA A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

Estudante: Raquel Marília da Silva¹

Orientadora: Ana Carolina Samia Faria Souza²

RESUMO: A inclusão escolar defende uma educação onde todos sem exceção, têm direito ao conhecimento a seu tempo. Sua capacidade de aprender e suas singularidades devem ser respeitadas e aperfeiçoadas no ensino regular. Os direitos e conquistas se deram gradativamente de acordo com percepções e ideais sociais transmitidos e incorporados como modelo padrão. A psicologia educacional se constitui um campo científico essencial quando aludimos a educação de crianças com necessidades especiais. Ao adentrar a sala de aula, o psicólogo educacional proporciona subsídios para o professor em suas práticas pedagógicas, visando reflexão e compreensão acerca da inclusão e também na adaptação e aprendizagem dos alunos com deficiência. Qual a influência da psicologia educacional na aprendizagem de alunos com deficiência? A metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica, objetivando obtenção de dados relacionados à inclusão e aprendizagem de crianças com deficiência e captação de informações que cercam o comportamento dos alunos e corpo docente mediante ensino aprendizagem. O objetivo será investigar as contribuições da psicologia educacional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com alunos com deficiência, bem com descrever o papel da psicologia educacional no processo de inclusão dos alunos com deficiência, discutir a importância do papel do professor para inclusão amparado pela psicologia educacional. Este trabalho resultou de questionamentos sobre as contribuições da Psicologia educacional para o trabalho educativo, mediante a necessidade de perceber padrões e desempenho da aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades em compreender, apropriar, absorver o conhecimento. Portanto, a atuação do psicólogo educacional, se faz necessária frente à inclusão principalmente quanto ao desenvolvimento do aluno com deficiência e professores no tocante a prática docente reflexiva e atitudes em relação ao trabalho com os alunos.

PALAVRAS CHAVE: Inclusão. Educação especial. Psicologia educacional.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: raquel.mar1989@hotmail.com.

² Pedagoga, Professora do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos da Rede Estadual e Municipal de Lavras, Psicopedagoga no Aprendizagem e CIA, Especialista em Educação Especial, Especialista em Tecnologias e Informação, Professora Tutora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras- UFLA, Mestranda de Educação pela Universidade Federal de Lavras- UFLA , email:carolsamia@outlook.com.

1. Introdução

O campo educacional tem sido estância de inúmeras discussões sobre a efetivação da inclusão escolar das pessoas com deficiências na escola regular de ensino.

Os principais documentos que norteiam a Educação Inclusiva foram a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990, a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996), a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), e, posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

A psicologia educacional tem dado grandes subsídios para o entendimento das questões de educação de pessoas com deficiência e traz conceitos elaborados por aportes teóricos da psicologia histórico-cultural, no qual, se dá a compreensão das relações entre ensino e aprendizagem e como processos culturais e históricos são mediados pela prática humana. O presente trabalho tem como objetivos determinar um campo de ação mais abrangente sob a perspectiva da psicologia educacional para o ensino-aprendizagem de crianças com deficiências.

No entanto, é essencial entender os mecanismos de aprendizagem das crianças, a eficácia e eficiência das estratégias educacionais, bem como as técnicas aplicáveis em casos específicos. Desta forma, o tema é muito relevante para a sociedade e educadores como formadores de seres pensantes e críticos, pois compreender como e quais técnicas são passíveis de trabalhar, as dificuldades do aluno se tornam detalhes onde, o mais importante é uma aprendizagem propositiva e significativa.

Para tal estudo a metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, pois objetiva-se a obtenção de dados bibliográficos em relação à contribuição da psicologia educacional na inclusão e aprendizagem de crianças com deficiência e a captação de informações que cercam o comportamento dos alunos e corpo docente diante do ensino aprendizagem em sala de aula de tais alunos.

Dessa forma, o caminho a ser percorrido será investigar as contribuições da psicologia educacional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com alunos com deficiência, bem como descrever o papel da psicologia educacional no processo de inclusão dos alunos com deficiência, discutir a importância do papel do professor para inclusão amparado pela psicologia educacional.

2. Psicologia educacional

2.1. Conceituando a Psicologia educacional

Com o progresso da psicologia como ciência e também atuação profissional no fim do século XIX, vários pontos de vistas se expandiram, fato que também fundamentou a chamada Psicologia Educacional. “Sendo reconhecido como campo de atuação pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) através da Resolução n.º 013/07. Nesse sentido, o CFP descreve algumas tarefas que cabem a esse campo de atuação do psicólogo”. (DIAS; PATIAS; ABAID, 2014).

O termo psicologia origina-se da composição de duas palavras gregas: psiché, “alma” e logos “tratado”, “ciência”. A psicologia não é hoje apenas a ciência da alma, mas também do comportamento e da experiência, pois corpo e mente não são separados. Um exerce influência sobre o outro. Psicologia é a ciência dos fenômenos psíquicos e do comportamento. (LOPES, 2014, p. 13).

“Nela foram destaques três áreas de estudos: as pesquisas experimentais da aprendizagem; o estudo e a medida das diferenças individuais e a psicologia da criança.” (LOPES, 2014).

A psicologia Educacional era uma área específica da psicologia, concentrada na natureza, nas condições, resultados e avaliação e conservação da aprendizagem escolar. Devendo, portanto, ser uma disciplina autônoma, com sua própria teoria e metodologia.

Em 1970, a Pedagogia da Educação assume o seu caráter multidisciplinar, que conserva até hoje. Atualmente, a Psicologia da Educação é considerada um ramo tanto da Psicologia como da Educação, e caracteriza-se como uma área de investigação dos problemas e fenômenos educacionais a partir de um entendimento psicológico. (LOPES, 2014, p. 17).

A história da Psicologia no Brasil se divide em três grandes períodos, segundo Patto (1984 apud GUZZO et al., 2010),

O primeiro, de 1906 a 1930, foi marcado por estudos laboratoriais em modelo europeu despreocupando - se em interferir na realidade; O segundo, de 1930 - 1960, sendo marcado pela supervalorização tecnológica de origem norte-americana; O terceiro, a partir de 1960, quando o trabalho do psicólogo passa a ter forma mais ajustável ao psicólogo escolar, onde era visto como resolutor de problemas, principalmente comportamentais e aprendizagem. (GUZZO et al., 2010, p. 132).

A psicologia escolar e educacional teve surgimento no Brasil na era colonial, quando surgiram preocupações educacionais, em que a pedagogia trazia concepções sobre ocorrências psicológicas. Yazlle (1990 apud GUZZO et al., 2010) aponta que, antes de 1964, mesmo com propostas aparentemente avançadas, a Psicologia exercida no Brasil era comprometida, predominantemente, com o conservadorismo e o reprodutivismo social.

Marinho-Araújo e Galvão (2017) apontam que,

Nos primeiros anos de 1960, foi marcado por um momento de intensa mobilização popular e crise política em um cenário de ascensão de regimes de Estado que privilegiaram a ideologia liberal e os interesses de classe elitista. (MARINHO-ARAÚJO; GALVÃO, 2017, p. 468).

As mudanças sociais e econômicas que apontaram o fim do Império e início da República, mais o interesse de sistematizar a educação, configuravam incutir aos novos tempos uma alusiva transformação no sistema político, cujo caráter era demasiadamente elitista.

Contudo, não foi exatamente assim que tudo aconteceu. De acordo com Ribeiro (2005), mesmo com a disposição dos intelectuais da época em discutir os grandes temas nacionais, dentre eles a educação popular vista como a saída para os problemas do país, o fator econômico representado pela força das oligarquias cafeeiras predominou. Antunes (2008) faz menção sobre esse aspecto.

No século XIX, ideias psicológicas articuladas à educação foram também produzidas no interior de outras áreas de conhecimento, embora de maneira mais institucionalizada. No campo da pedagogia, escolas normais (criadas a partir da década de 1830) foram espaços de discussão, ainda que incipientes e pouco sistemáticos, sobre a criança e seu processo educativo, incluindo temas como aprendizagem, desenvolvimento, ensino e outros. (ANTUNES, 2008, p. 470).

Vale ressaltar que grande parte desses escritos estavam envolvidos com os interesses da metrópole evidenciando os problemas da sua influência na colônia (ANTUNES, 2008).

No entanto, se por um lado imperou a visão clínica e rotuladora na abordagem dos problemas de aprendizagem, houve também outras concepções que buscavam compreender as relações do indivíduo com a sua conjectura social. Antunes (2008) coloca que:

Os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século seguinte trazem mudanças profundas na sociedade brasileira: fortalecimento do pensamento liberal; busca da “modernidade”; luta contra a hegemonia do modelo agrário-exportador, em direção ao processo de industrialização. Essas novas ideias traziam em seu bojo um novo projeto de sociedade, que exigia uma transformação radical da estrutura e da superestrutura social, para o qual seria necessário um novo homem, cabendo à educação responsabilizar-se por sua formação. (ANTUNES, 2008, p. 471).

Diante deste contexto, a discussão sobre educação tomou forma, defendendo a propagação da educação para a massa popular com “uma maior sistematização das ideias pedagógicas, com crescente influência dos princípios da Escola Nova.” (ANTUNES, 2008).

Conforme mencionado por Guzzo et al (2010),

Em 2007, o Conselho Federal de Psicologia reconhece a Psicologia Escolar como uma especialidade, sem que nenhum passo tenha sido dado para o reconhecimento da importância do psicólogo dentro das escolas, sobretudo pelos educadores. Com esse reconhecimento, fica marcado o modelo de atuação do psicólogo no âmbito da educação formal, com a realização de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente, como se fosse possível uma mudança da realidade apenas por uma resolução tirada no âmbito da entidade da categoria profissional. (GUZZO et al., 2010, p.134).

A psicologia escolar passou por diversos estágios até seu reconhecimento oficial, sendo, de acordo com Guzzo, Martinez e Campos (2007) a atuação do profissional controlado por políticas educacionais que dificulta a assistência desse profissional nos espaços educativos, impossibilitando a análise desses constituintes, já que a análise da realidade existente deveria se pautar em práticas concretas de psicólogos escolares.

O psicólogo escolar não tem ainda uma posição definida no âmbito educacional, atuando em outras áreas, setor da saúde, assistência social. Dificilmente no serviço público. Desse modo, a história da Psicologia Escolar Educacional deve ser pensada, não apenas levando em conta alguns parâmetros totais da organização educacional de políticas públicas sugerindo a universalização do ensino, mas baseado nas raízes históricas e na teoria da carência cultural. Conforme mencionado por Souza (2009),

Os avanços teórico-metodológicos da Psicologia Escolar e Educacional trouxeram a possibilidade de construir um novo objeto de estudo para a área, centrado no encontro do psicólogo com a educação. Assim sendo, há várias propostas de modalidades de intervenção/atuação profissional no campo educativo. Ressaltaremos algumas delas. Algumas áreas de atuação são clássicas em Psicologia Escolar e educacional, tais como as instituições escolares e o ensino de psicologia. Quanto a outras áreas, vamos denominá-las emergentes, destacando-se: instituições educativas; educação inclusiva de pessoas com deficiência; direitos da criança e do adolescente e direitos humanos; educação e saúde. (SOUZA, 2009, p.180).

Segundo Branco (1998), as possibilidades, na qual o psicólogo pode intervir na rede pública demonstra que a população ainda espera do profissional, a incumbência de adaptar os educandos ao corpo social e, ao responder a esse tipo de demanda, o profissional se envolve com a formação das relações instituídas e exercendo a função de autenticidade, ou seja, torna verdadeira a desumanização do homem, quando seu desempenho caracteriza ou retém a exclusão.

A busca pela resignificação das concepções de intervenção e das práticas do psicólogo escolar com vistas à realização de um serviço que procure trabalhar não mais na remediação das dificuldades de aprendizagem, mas na reflexão, contribuindo, assim, para a transformação do espaço escolar em local de valorização do ser humano, responde a questionamentos e alenta os incômodos. (ANTUNES, 2008, p. 472).

Esse profissional tem a atuação instigada pelas organizações educacionais inibindo esses profissionais de estarem presente nos ambientes educativos, dificultando o diagnóstico desses estudantes, na qual a observação da realidade deveria direcionar as práticas concretas de psicólogos escolares.

Conforme apontado por Souza (2009),

Quanto à ruptura epistemológica com concepções adaptativas de Psicologia na direção de uma Psicologia Crítica, houve um intenso

movimento na área pela busca de referenciais teórico-metodológicos no campo da Psicologia da Educação que compreendam: a) os fenômenos escolares enquanto produtos do processo de escolarização, constituídos pelas dimensões institucional, pedagógica e relacional; b) o desenvolvimento humano e a aprendizagem enquanto processos inseparáveis, articulando as dimensões biológica, psicológica e histórica dos indivíduos; c) a necessidade de construir instrumentos psicológicos de aproximação e de conhecimento da realidade que permitam compreender a complexidade dos fenômenos educativos; d) a consideração da dimensão educativa no trabalho psicológico. (SOUZA, 2009, p. 180).

Galvão e Marinho-Araujo (2017) destaca também que,

A partir da sua especificidade de atuação, o psicólogo escolar pode mobilizar ações e atividades que provoquem uma mudança das noções de aprendizagem, desenvolvimento e ensino que engessam a concretização de uma educação social com potencial transformador. (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2017, p. 474).

A assistência do psicólogo no contexto escolar, favorecendo a formação de espaços de diálogo e reflexão entre docentes e demais funcionários da escola, transforma a cooperação nesses lugares algo mais agradável e democrático. Sua atribuição estabelece-se, em entender a dinâmica de trabalho do grupo de professores e demais funcionários, a gestão desenvolvida pela direção da escola, a inter-relação de professores, alunos e pais, entre outros aspectos presentes no ambiente educacional (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2005 apud BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Que seja uma psicologia capaz de compreender o processo ensino-aprendizagem e sua articulação com o desenvolvimento, fundamentada na concreticidade humana (determinações sócio-históricas), compreendida a partir das categorias totalidade, contradição, mediação e superação. Deve fornecer categorias teóricas e conceitos que permitam a compreensão dos processos psicológicos que constituem o sujeito do processo educativo e são necessários para a efetivação da ação pedagógica. A psicologia deve assumir seu lugar como um dos fundamentos da educação e da prática pedagógica, contribuindo para a compreensão dos fatores presentes no processo educativo a partir de mediações teóricas “fortes”, com garantia de estabelecimento de relação indissolúvel entre teoria e prática pedagógica cotidiana. (ANTUNES, 2008, p. 474).

Recentemente, a partir do ano 2000, de acordo com Barbosa e Marinho-Araújo (2010) observou-se o avanço da discussão teórica acerca da atuação do psicólogo escolar,

Dentre os temas contemplados estão a atuação institucional, a participação do psicólogo escolar na formação de professores e na elaboração do projeto político pedagógico da escola e experiências de estágios baseadas em metodologias de pesquisa-ação, por exemplo. (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 396).

Vale ressaltar a importância da psicologia escolar enquanto agente coadjuvante na educação de crianças com deficiência,

Atualmente, no que concerne às atividades relativas ao referido profissional, estão presentes: oferecer suporte aos professores de educação regular e especial por meio da coleta e da busca de dados relacionados às crianças e suas dificuldades; investigar as possíveis variáveis que interferem na manutenção dos problemas; analisar condições ambientais e interpessoais; propor e desenvolver estratégias e planos de intervenção, como também avaliar os resultados obtidos. McNamara (1998 apud SANT'ANA, 2011, p. 3).

Com a consolidação da psicologia escolar ao longo dos anos, seu campo de atuação vem se ampliando e se mostrando eficaz e benéfica no âmbito escolar tanto no que diz respeito aos alunos quanto ao professor e demais envolvidos na educação da criança com necessidades especiais. Sua contribuição favorece um ambiente mais democrático, promovendo o trabalho em grupo envolvendo todos os setores fazendo assim a mediação entre o ensino aprendizagem e o desenvolvimento humano.

2.2.A Contribuição da Psicologia educacional no trabalho pedagógico para alunos com deficiência

Por um longo período, o psicólogo escolar foi visto como profissional a avaliar crianças e jovens com dificuldade de aprendizagem, na qual se utilizavam de ferramentas psicológicas para definir o nível de capacidade dos alunos, separando-os em qualificados e não qualificados. Lopes (2014) ressalta que,

A finalidade da Psicologia da Educação é a de criar um conhecimento específico com relação aos processos educativos, sempre utilizando--se da psicologia como instrumento de indagação e análise. Configurando-se como uma disciplina específica com objetivos, conteúdos e programa de investigação que lhes são próprios. (LOPES, 2014, p. 17).

Para Meira (2011), psicologização refere-se à utilização recorrente de explicações de caráter psicológico para descrever e fazer análise de fenômenos,

desconsiderando seu processo de produção social. Na educação difundem-se tanto nos conceitos psicológicos das teorias educacionais quanto nas formas das quais os ambientes escolares são analisados no dia a dia, os inúmeros aspectos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Na virada do século XIX para o século XX, a psicologia tentava se afirmar como ciência. No entanto, nessa época, Ciência era somente aquilo que podia ser observável, testado e medido, visto que predominava o paradigma quantitativo. Galton foi considerado um expoente nesta tentativa, visto que se dedicou às investigações na área da biologia, da estatística e da psicologia experimental. O objetivo maior de seus estudos era “medir a capacidade intelectual e comprovar a sua determinação hereditária” (PATTO, 1991 apud RIBEIRO, 2005, p. 6).

Segundo Meira (2011), o fato de as ideias psicológicas terem se intensificado, teve um aumento de pessoas capazes de diagnosticar que educação psicológica não tem ligação alguma com o psíquico das pessoas e que esse rompimento cria teorias para fundamentar uma compreensão crítica no que concerne ao aspecto afetivo.

De acordo com Patto (1990), apud Guzzo et al. (2010),

Durante muito tempo permaneceu a ideia de que a prática do psicólogo escolar deveria estar pautada na avaliação de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem por meio de instrumentos psicológicos que medissem a capacidade dos alunos, separando os aptos dos não aptos para a aprendizagem. (GUZZO et al., 2010, p 133).

Nesse sentido, Guzzo et al (2010) reforça que,

Ao psicólogo escolar cabe a função de contribuir, junto com educadores, para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, a partir de uma perspectiva mais integral do sujeito do que vem enfatizando a escola. Ou seja, além do desenvolvimento cognitivo, deve-se promover o desenvolvimento emocional, social e motor por meio de intervenção com as crianças, suas famílias e comunidade. (GUZZO et al., 2010, p. 134).

O psicólogo educacional ou escolar é o profissional que subsidia o trabalho pedagógico, ou seja, atua junto aos educadores auxiliando no processo de ensinar oportunizando ferramentas e estratégias de ensino assim como parcerias com os professores, diretores, coordenadores entre outros profissionais da educação a fim

de promover um ambiente de aprendizagem acolhedor, saudável e seguro fortalecendo o vínculo entre escola e o ambiente familiar.

Porém pode haver situações no qual o profissional encontre dificuldades para intervir em determinadas situações dessa forma. Contudo, devido a complexidade e a pluralidade entre fatores psicológicos e biológicos que envolvidos no auxílio as crianças com deficiência, ressalta-se a importância de a psicologia estar efetiva nesse processo.

Incumbe ao psicólogo proporcionar apoio psicológico aos familiares das crianças que apresentam algum tipo de deficiência antes, durante e depois de sua inclusão no meio social e escolar. Para que de fato haja a mudança, devem fazer parte do processo de inclusão os professores e orientadores, com o fito de alcançar e saber lidar com as diferentes formas de ensinar, de receber e de atender as essas crianças, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento dessa inclusão com o sujeito, de modo a não haver exclusão e preconceito contra as crianças. (LEITE; MONT'ALVERNE, 2020, p.6).

A psicologia nesse processo pode contribuir oferecendo auxílio para os profissionais no campo da educação e familiares para que tenham um olhar diferente para as crianças com deficiência, enxergando-as como capaz, de forma a ajudá-las a superar suas limitações, subsidiando para que “ampliem seus processos cognitivos e tenham bons resultados relacionados ao desenvolvimento das funções psicológicas”. (LEITE; MONT'ALVERNE, 2020, p.6).

Portanto, conforme apontado por Antunes (2008),

Mudanças efetivas só ocorrerão a partir do envolvimento do psicólogo com as questões concretas da educação e da prática pedagógica; é necessário superar o preconceito de não querer tornar-se “pedagogo”. O psicólogo não é pedagogo, mas se quiser trabalhar com educação terá que mergulhar nessa realidade como alguém que faz parte dela, reconhecendo-se como portador de um conhecimento que pode e deve ser socializado com os demais educadores, tanto no trabalho interdisciplinar, como na formação de educadores, sobretudo professores; que detém um saber que pode contribuir com os processos sócio-institucionais da escola; tem um conhecimento específico que pode e deve reconhecer o que é próprio de sua formação profissional, e, ousar afirmar, algumas vezes inclusive de caráter clínico terapêutico, voltado para casos individuais; possui ou pode desenvolver conhecimentos importantes para a gestão de sistemas e redes de ensino, sobretudo no âmbito de diagnósticos educacionais (avaliação institucional, docente, discente etc.) e na intervenção sobre tais resultados. (ANTUNES, 2008, p. 474).

Em seu trabalho, Sant`Ana (2011) foram feitas entrevistas com professores e diretores, no qual são apontados pelos profissionais contribuições significativas a respeito da atuação desse profissional no âmbito escolar como: oferecer suporte aos professores no levantamento de informações sobre a criança e suas dificuldades, propor e desenvolver planos de intervenção, estudar condições do meio em que a criança está inserida, estudar possíveis variáveis que influenciam na conservação das dificuldades, avaliação dos resultados alcançados .

Sua contribuição se estende também a dar suporte a professores e administradores, auxiliando na melhoria de currículos e programas tencionando nos padrões de desempenho e na organização de conteúdos assim como favorecer a relação família - escola e sociedade.

Outras perspectivas também são apontadas como: orientação e reflexão da prática no dia a dia com alunos que apresentam alguma deficiência, auxílio a formação continuada, realização de diagnósticos, trabalho com as famílias, encaminhamentos.

Sant`Ana (2011) também aponta que diretores e professores refletem

A ideia de que o psicólogo escolar pode ajudar, acompanhar ou desenvolver atividades junto aos alunos com e sem deficiência, visto que esse profissional apresenta conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, o que poderia contribuir para uma atuação mais adequada às necessidades desses educandos no ensino regular. (SANT`ANA, 2011, p. 12).

Portanto, ressalta-se a importância da psicologia educacional para a educação inclusiva, tendo esta, capacidade de desenvolver intervenções direcionadas aos diversos segmentos do espaço escolar, atuando na direção da integração e amadurecimento psicossocial desses alunos e aperfeiçoamento das práticas educativas.

2.3.A psicologia educacional e o processo da inclusão de alunos com deficiência na escola regular

O termo inclusão começa a ganhar força, sentido e aplicabilidade a partir da década de 1990 rompendo com os modelos antigos da exclusão, segregação e

integração que haviam falhado anteriormente. Para essa afirmativa Neto et al. (2018) reforça que

A educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente. (NETO et al., 2018, p.88).

Ainda sobre os aspectos relevantes para a efetiva inclusão escolar, Pasculli, Baleotti e Omote (2012) afirmam que,

A inserção de alunos com deficiência no ensino comum, se determinada apenas por imposição legal, não assegura que serão bem acolhidos pelo professor e colegas da classe nem lhes garante ensino de qualidade mediante adequações que atendam às suas particularidades e necessidades especiais. A segregação ou a inclusão pode depender, em grande parte, do tipo de relação estabelecida entre o aluno com deficiência, o professor e seus pares não deficientes. (PASCULLI; BALEOTTI; OMOTE, 2012, pág. 596).

A educação é um direito social, sendo, portanto obrigatória a sua oferta à crianças com ou sem deficiência. A inclusão ganhou força e notoriedade a partir de seu reconhecimento, pela LDB 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre a Educação Especial. (BRASIL, 1988); a Lei nº 12.764 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (BRASIL, 1990); Lei nº 10.098/94 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (BRASIL, 1994); a Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. (BRASIL, 2002); a Lei nº 7.853/89 – CORDE, que oferece apoio às pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 1989); a Lei Nº 8.859/94 no qual Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. (BRASIL, 1994); a lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação Especial. (BRASIL, 1990); a Lei nº 9394/96 – LDBN – Educação Especial. (BRASIL, 1996); a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (BRASIL, 1996), fundamentam o direito da criança com deficiência a ter acesso ao ensino regular, proporcionando o aumento do número de pesquisas e estudos para tentar contribuir e entender como acontece o processo de inclusão, bem como os desafios enfrentados pelos alunos, professores e toda a comunidade escolar.

A educação especial compreendida como modalidade da Educação Básica, precisa ponderar situações singulares, os perfis dos alunos, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se basear em princípios éticos, políticos e estéticos favorecendo a dignidade humana e o direito de cada aluno de realizar seus propósitos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social, de ser e ter o reconhecimento e acima de tudo, valorização das suas singularidades, das suas competências e das necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, concebendo e ampliando suas habilidades, conhecimentos, atitudes e competências, bem como seus direitos e deveres de cidadão, sua participação social, política e econômica.

Nessa perspectiva, Mantoan (1997), afirma que,

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120).

A partir do momento em que a criança começa a ser vista como um indivíduo, um ser pensante em desenvolvimento, tendo suas capacidades, motivações e sentimentos levados em conta, colabora-se para uma concepção mais centrada na criança num aspecto mais amplo que satisfaça as necessidades da mesma, da qual ela não é somente vista como marionete ou robotizada, mas sim, um indivíduo que tem suas próprias vontades, desejos, curiosidades e começa a aprender/desenvolver habilidades desde o nascimento. As instituições de ensino infantil tem um papel muito importante, pois, fortalece e corrobora para que a legislação que envolve tais questões não fique apenas no papel, mas sejam executados para uma melhor qualidade da educação.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma

competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino. (SANT`ANA, 2005, p. 228).

O pedagogo através do pensamento crítico e inclusivo deve buscar alternativas, em consonância com a realidade do ambiente educacional no qual está inserido, para que todos os alunos possam a seu tempo e modo desenvolver também uma consciência crítica e inclusiva sobre a importância do respeito às diferenças, e entender que lidando com cada indivíduo que é único e respeitando sua realidade, faz com que este se sinta parte do todo, ou seja, ao desenvolver as atividades do dia-a-dia escolar com equidade, os envolvidos se sentirão parte integrante.

Para que a atuação dos pedagogos e dos educadores seja realmente efetiva é de suma importância a criação de parcerias com os profissionais de saúde (médicos, psicólogos), a fim de que as atividades sejam desenvolvidas de forma a criar um melhor ambiente de participação do aluno com deficiência, compreendendo suas limitações e potenciais.

Conforme apontado por Antunes (2008),

A psicologia como um dos fundamentos do processo formativo do educador deve propiciar o reconhecimento do educador/professor como sujeito do processo educativo, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação.

A psicologia deve assumir seu lugar como um dos fundamentos da educação e da prática pedagógica, contribuindo para a compreensão dos fatores presentes no processo educativo a partir de mediações teóricas “fortes”, com garantia de estabelecimento de relação indissolúvel entre teoria e prática pedagógica cotidiana. Esta psicologia deve propiciar a compreensão do educando a partir da perspectiva de classe e em suas condições concretas de vida, condição necessária para se construir uma prática pedagógica realmente inclusiva e transformadora.

A psicologia como um dos fundamentos do processo formativo do educador deve propiciar o reconhecimento do educador/professor como sujeito do processo educativo, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação. (ANTUNES, 2008, p. 474).

Podemos perceber a importância que a escola desempenha no desenvolvimento integral dos alunos, em especial dos alunos com deficiências. Um ambiente adequado e adaptado para receber crianças especiais se torna essencial, visto que para o pleno desenvolvimento do mesmo é fundamental que ele se sinta

integrante e respeitável socialmente tanto dentro como fora do ambiente escolar.

A atitude mais importante de todas é a autenticidade do professor, que deve aprender primeiramente a ser autêntico consigo mesmo, compreendendo e trabalhando suas próprias dificuldades e limites sem transferir suas próprias frustrações para os alunos. Reconhecer que é uma pessoa com defeitos, qualidades, sentimentos, desejos, alegrias e tristezas. Essa atitude faz com que o facilitador se questione sobre sua participação nas dificuldades de aprendizagem ou dificuldades de relacionamentos em sala de aula, para depois ver as do educando. Essa transparência conquista a confiança e o respeito dos educandos. (TRABBOLD, 2014, p. 41)

O professor como mediador no ensino–aprendizagem deve propiciar aos alunos especiais o pleno desenvolvimento de suas habilidades sociais e cognitivas, aportando à inclusão e aceitação em sala de aula, dentro e fora do ambiente escolar, para que os mesmos se sintam acolhidos e constem que o conhecimento está ao seu alcance mesmo que encontre pelo caminho algumas dificuldades.

O trabalho da Psicologia Escolar, com foco na cultura de sucesso, “privilegia as potencialidades e possibilidades em vez dos problemas e dificuldades, focaliza as diferentes alternativas individuais e coletivas de superação das adversidades, valoriza as diferenças, a heterogeneidade e a diversidade de formas de aprender, pensar e estar no mundo” (OLIVEIRA; MARINHO-ARAUJO, 2009, p. 658).

O Parâmetro Nacional Curricular da Educação Infantil para a educação de crianças com Necessidades Educativas Especiais - NEE defende que

O pressuposto epistemológico da abordagem inclusiva é de que o conhecimento é construído pelo sujeito e a aprendizagem é um processo com tempo e ritmo diversificado; determinado pela qualidade da interação, do nível de participação e da problematização de aprendizagens significativas, das oportunidades de vivenciar experiências, construir significados, elaborar e partilhar conhecimentos em grupos. (BRASIL, 2002, p. 28).

A deficiência não pode ser considerada nem entendida como apenas alterações psíquicas. Ela deve ser percebida como uma condição que ocasiona certas limitações e problemas que podem levar a certos empecilhos nas relações sociais (LEITE; MONT’ALVERNE, 2020).

Moraes (2015), também ressalta que

O educador deve proporcionar um ambiente acolhedor, objetos e recursos que ofereçam situações desafiadoras, motivando perguntas e respostas, estimulando a criatividade e a descoberta de acordo com a necessidade de cada um. (MORAES, 2015, p. 1).

O programa pedagógico tido como em parâmetros normais não se adéqua aos alunos com deficiência, sendo que deveria este tratar a deficiência como um modo de ser, uma diferença e não uma anormalidade que possui valores negativos. (99, 2013).

As instituições de ensino devem se adequar e aperfeiçoar suas praticas para melhor atender os alunos com deficiências, como por exemplo, propiciar acessibilidade, materiais de apoio, computadores enfim, possibilitar meios para que esses alunos tenham acesso aos mesmos conhecimentos que os demais.

As propostas pedagógicas também devem ser reestruturadas não para que essas crianças se adéquem a elas, ao contrario, as propostas pedagógicas devem se ajustar às necessidades especiais desses alunos, oportunizando condições para que as crianças compreendam situações nas quais possam exercer um papel ativo em ambientes que as estimulem a vivenciar desafios e a sentirem-se incitadas a resolvê-los, das quais possam produzir significados sobre si, os outros e o mundo.

Souza (2009) também salienta que,

O trabalho do psicólogo no Ensino não é um trabalho de intervenção psicológica, mas sim de problematizar e discutir questões que são, de alguma maneira, referentes à Psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento... A educação inclusiva defende o direito à escolarização para todos, incluindo crianças com necessidades educativas especiais. Esta posição político-pedagógica presente na Declaração de Salamanca (1994), documento internacional do qual o Brasil é país signatário, traça diretrizes e linhas de ação para que se possa atuar no campo da educação e da escolarização de crianças e adolescentes. Trabalhar nesta direção é fundamental para a Psicologia. Como incluir uma criança na escola? Quais os desafios a serem enfrentados? São algumas das questões postas para nós. (SOUZA, 2009, p.181)

Assim, faz-se necessário o rompimento com elementos ideológicos presentes no interior das instituições e a criação de alternativas para que haja efetivamente a inclusão, sendo essencial a parceria entre a psicologia escolar e a escola em todo seu campo de ação.

A Psicologia proporciona instrumentos e técnicas favoráveis ao processo inclusivo, como também favorece a todos aqueles que, de alguma forma, estão à mercê de uma sociedade carregada de

convencionalismos que têm se desdobrado ao longo de décadas. (LEITE; MONT'ALVERNE, 2020, p. 4).

O psicólogo educacional tem a competência para intervir no aspecto individual e social, desenvolvendo, efetivando e qualificando programas educacionais. Reconhecendo a relevância das influências históricas, da construção de identidades, do desenvolvimento das instituições e do dinamismo educacional bem como o desenvolvimento escolar, social e emocional das crianças inseridas no contexto escolar.

A atuação do psicólogo escolar vem se ampliando com o tempo, não se retém apenas ao aluno, mas, atua com diversas esferas no âmbito educacional promovendo conscientização e reflexão das práticas educativas conforme apontado por Dias; Patias e Abaid (2014),

O psicólogo escolar vem atuando de diferentes formas, além de realizar algumas atividades já criticadas, como a clínica e a avaliação de alunos e professores. Os psicólogos vêm promovendo grupos de discussão e outras formas de atendimento que não se centram apenas em práticas avaliativas ou clínica terapêutica. (DIAS; PATIAS; ABAID, 2014, p. 108).

A psicologia escolar vem ampliando seu campo de atuação, com novas possibilidades de atuação surgem, distanciando de sua função de psicologia clínica, tendo sua identidade específica solidificada.

No entanto, se lança a novos desafios e dispõe-se a dar continuação a história da psicologia escolar/educacional.

2.4. O papel da psicologia educacional com os professores inclusivos

Podemos perceber que o êxito no processo de ensino-aprendizagem depende de vários fatores dentre eles: estrutura da escola, capacitação do professor, planejamento da aula, comprometimento do aluno, entre muitos outros.

O professor exerce papel de suma importância, devendo realizar a sua função de forma eficaz, mas os obstáculos no ambiente escolar são imensos, no entanto, eles devem ser superados através de atitudes e conhecimentos desse profissional, é de grande importância ressaltar que a qualificação e as metodologias utilizadas pelos professores refletem diretamente na aprendizagem dos estudantes.

Os professores, profissionais atuantes no processo de ensino-aprendizagem, deparam-se com desafios oriundos da Educação Inclusiva. Pesquisas sobre o trabalho docente e a inclusão escolar obtiveram como resultados que os professores atuavam com metodologias que atendiam ao padrão cultural de homogeneidade dos alunos que era vigente nas escolas. No entanto, essas práticas já não supriam a nova situação oriunda da inclusão na escola regular. (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018, p. 428).

É essencial que o professor esteja sempre analisando seu comportamento como profissional, ampliando seus conhecimentos e seu conjunto de saberes. Mas, como a psicologia educacional pode contribuir para uma aprendizagem significativa para crianças especiais?

De acordo com Wachowicz (1991),

O confronto que se passa na sala de aula não se passa entre alguém que sabe um conteúdo (o professor) e alguém que não sabe (o aluno), mas entre pessoas e o próprio conteúdo, na busca de sua apropriação. (WACHOWICZ, 1991, p. 42).

Hoffman (2005) também defende que a aprendizagem assim como o modo de avaliação dessa aprendizagem deve ser mediada através do diálogo, companheirismo e na reciprocidade entre aluno e professor, para tal, é necessária uma reestruturação do ensino-aprendizagem. Professor e aluno devem caminhar juntos com o mesmo objetivo em relação aquisição do conhecimento buscando articular seus pontos de vistas, organizar e reorganizar suas ideias conforme a exposição das mesmas. Deve se eximir do ensino tradicional onde o professor é visto como detentor do conhecimento e alunos como meros receptores sem levar em conta os conhecimentos adquiridos por eles anteriormente e em outros espaços.

O psicólogo escolar, profissional atuante em ambientes educacionais, também teve de redirecionar as suas práticas para as demandas que emergiram desse contexto. A escola regular inclusiva e a sala de aula inclusiva trouxeram desafios aos professores, uma vez que o coletivo e o individual passaram a ganhar notabilidade no cotidiano escolar. Enfatizou-se, assim, a relevância dos professores como público-alvo de atuação do psicólogo escolar. (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018, p. 429).

Contudo, o trabalho pedagógico em parceria com a psicologia escolar, resulta em grandes benefícios para as crianças com deficiências onde pode ser

trabalhado o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor por meio de intervenção com as crianças, suas famílias.

A busca pela ressignificação das concepções de intervenção e das práticas do psicólogo escolar com vistas à realização de um serviço que procure trabalhar não mais na remediação das dificuldades de aprendizagem, mas na reflexão, contribuindo, assim, para a transformação do espaço escolar em local de valorização do ser humano, responde a questionamentos e alenta os incômodos. (BARBOSA; ARAÚJO-MARINHO, 2010, p. 400).

Em uma pesquisa realizada por Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), com professores da educação básica privada, indica benefícios na atuação dos psicólogos escolares sendo que, todas as participantes da pesquisa apontaram os benefícios principalmente ao progresso dos alunos da educação especial e também à compreensão e sensibilização do professor em relação à especificidade do aluno; à maior utilização de estratégias, “como adaptação de provas e atividades; à segurança e à autonomia do professor no desenvolvimento de atividades junto ao aluno; à diminuição das demandas no decorrer do ano letivo”.

Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) apontam que,

Como atribuições do psicólogo escolar, tem-se: colaborar com a adequação, pelos professores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis no desempenho reflexivo de seus papéis; desenvolver, com os participantes do trabalho escolar, atividades com o intuito tanto preventivo como resolutivo; elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, visando, mediante ação coletiva e interdisciplinar, o estabelecimento de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno; participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação em aspectos relativos aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e redirecionamento das práticas educacionais, dentre outras. (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018, p. 3).

A mediação do professor durante a realização das atividades possibilita conhecer ainda mais as limitações dos alunos com deficiência, bem como adequar e aperfeiçoar as atividades a serem desenvolvidas com a classe.

Podemos observar a importância da psicologia escolar frente à educação de alunos com deficiência, pois é a partir da parceria entre escola e psicologia educacional que tais alunos encontram segurança e determinação para olhar além das suas limitações e desbravar o mundo de conhecimento a sua volta. “O psicólogo

escolar também se configura como profissional que oferece suporte técnico aos professores” (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018).

Cassins et al. (2007) apud Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), também evidencia que,

Como atividades que podem ser desenvolvidas pelo psicólogo escolar junto aos professores têm-se: apoio tanto na definição de objetivos educacionais, conteúdos, métodos e materiais didáticos como na articulação teórico-prática; suporte à autonomia do professor; promoção e/ou coordenação de atividades de desenvolvimento profissional, como treinamentos especializados, grupos vivenciais; orientação, intervenção e acompanhamento tanto para dificuldades individuais e/ou coletivas como para casos de inclusão; e, participação e/ou coordenação de reuniões multidisciplinares para discussão de casos. (FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018, p.430).

É notório que as crianças expressam seus conhecimentos, suas experiências, anseios e expectativas de muitas formas.

Estar atento a esses detalhes é muito importante e o psicólogo escolar entrando em campo pode propor novas formas de intervenção, não somente em sala de aula, mas em todo o âmbito educativo usufruindo desses “canais” de conhecimento para instigar o aluno a querer aprofundar mais no assunto e fazer de um simples acontecimento fonte de experiência própria no qual vai de encontro com que Bondía (2002) aponta “pensar a educação a partir do par experiência/sentido” para que de fato ocorra uma aprendizagem significativa.

Leite e Mont’Alverne (2020) também salientam que o psicólogo escolar além de subsidiar os educadores e alunos com necessidade especiais, exerce também o papel de dar auxílio psicológico aos familiares da criança, para que os mesmos tenham participação de forma efetiva e consistente direcionando todos os esforços ao mesmo objetivo, promovendo de fato a inclusão e aquisição de conhecimento significativo para a criança.

Incumbe ao psicólogo proporcionar apoio psicológico aos familiares das crianças que apresentam algum tipo de deficiência antes, durante e depois de sua inclusão no meio social e escolar. Para que de fato haja a mudança, devem fazer parte do processo de inclusão os professores e orientadores, com o fito de alcançar e saber lidar com as diferentes formas de ensinar, de receber e de atender as essas crianças, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento dessa inclusão com o sujeito, de modo a não

haver exclusão e preconceito contra as crianças. (LEITE; MONT'ALVERNE, 2020, p. 6).

Desse modo a história da Psicologia Escolar Educacional deve ser pensada, não apenas levando em conta alguns parâmetros totais da organização educacional de políticas públicas sugerindo a universalização do ensino, mas baseado nas raízes históricas e na teoria da carência cultural. (GUZZO et al, 2010).

Portanto, a atuação do psicólogo educacional junto aos professores frente à educação inclusiva é fundamental, principalmente concernente a aspectos de desenvolvimento do aluno, de mudanças nas práticas pedagógicas e convívio social.

3. Considerações Finais

A Psicologia Educacional desempenha um papel fundamental na educação, tendo como princípio o total desenvolvimento e desempenho do aluno com deficiência, sendo esta importância assinalada conforme promove mudanças efetivas na evolução do aluno, como também na percepção do professor quanto a esse aluno frente as suas atitudes em sala de aula.

O trabalho pedagógico em parceria com a psicologia escolar resulta em grandes benefícios para as crianças com deficiências onde pode ser trabalhado o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor por meio de intervenção com as crianças, suas famílias.

Isso porque, uma vez identificado em como se efetua a aprendizagem peculiar de cada aluno, contribui à possibilidade para a descoberta de técnicas e práticas que atuem de modo assertivo sobre os problemas de aprendizagem encontrados.

A colaboração entre esses dois campos de ação contribuem para um melhor aproveitamento e assimilação do conhecimento pelos alunos, especialmente os com deficiência, com intervenções, reflexões e estratégias de ensino direcionadas as dificuldades específicas de cada aluno, envolvendo não só o professor, mas, toda a comunidade escolar (Professores, diretores, funcionários, pais, alunos).

Destarte, percebe-se que o psicólogo escolar atua em conjunto a diversas faces no cotidiano escolar, cooperando para uma atuação profissional mais crítica e reflexiva.

Podemos afirmar que esta parceria quando firmada e reconhecida, proporciona inúmeros benefícios como: Desenvolvimento do aluno com deficiência (intelectual, social, sentimental, humanista...), promove conscientização e reflexão dos agentes pedagógicos quanto à singularidades dos alunos, favorece a inclusão no âmbito escolar e social, fornece auxílio a família dos alunos com deficiências, contribui para uma inclusão autêntica entre tantos outros benefícios evidenciados através deste estudo.

A Psicologia Educacional, portanto, se efetivara notoriamente a partir do engajamento das diversas esferas da educação em prol a uma inclusão autêntica que se importa realmente com o desempenho da aprendizagem dos alunos, em especial os que possuem alguma deficiência.

O professor tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança como parceiro para o seu desenvolvimento (intelectual, social, sentimental, humanista...). Como mediador no ensino–aprendizagem deve propiciar aos educandos o pleno desenvolvimento de suas habilidades sociais e cognitivas, portanto, cabe ao professor e à escola assegurar a formação indivíduos críticos curiosos e emancipados, livre sobre seus pensamentos e decisões, e com isso suas identidades, no qual se dá a verdadeira construção do conhecimento: a curiosidade leva à busca, a busca leva ao questionamento e o questionamento à autonomia.

Link para vídeo de apresentação disponível em <<https://youtu.be/4usJRHafx1U>>.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 12, n. 2 Julho/Dezembro de 2008.

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas.** Estudos de Psicologia. Campinas. jul – set. 2010.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002.

BRANCO, M. T. C. (1998). **Que profissional queremos formar? Psicologia: Ciência e Profissão**, 18, 28-35.

BRASIL. Constituição Federativa da República do Brasil. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso: 24 mai. 2021

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. **LDB 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art58. Acesso em 28 de nov. de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. **LEI Nº 8.859, DE 23 DE MARÇO DE 1994**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8859.htm. Acesso em: 24 mai.2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação Infantil. **Parâmetro Curricular Nacional. Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Introdução. Brasília: MEC, 2002, v.1.

BRASIL. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB no. 02 de 11 de Fevereiro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, p.11.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. .v. 18, n. 1, p. 105-111. Jan/Abr. São Paulo, 2014.

FONSECA, T. S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. **Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.3, p.427-440, Jul.-Set. 2018.

GALVÃO, P.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia Escolar em ONGs: Desafios Profissionais e Perspectivas Contemporâneas de Atuação.** Psicologia Escolar e Educacional. v 21, n. 3. p. 467-476. Set/Dez. São Paulo 2017.

GUZZO, R. S. L., MARTINEZ, A. M.; CAMPOS, H. R. (2007). **School psychology in Brazil.** Em S. Jimerson, T. Oakland & P. Farrell (Eds.), The handbook of international school psychology (pp. 29-37). London: Sage.

GUZZO, R. S. L. et al. **Psicologia e Educação no Brasil: Uma Visão da História e Possibilidades nessa Relação.** Pontifícia Universidade Católica. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 26 n. especial, pp. 131-141. Campinas, 2010.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista.** 35 ed. Editora Mediação, Porto Alegre: 2005 (104 p).

KABRIT, B. Possibilidades e desafios na inclusão escolar. **Rev. Latinoam. Psicopat.** Fund., São Paulo, 16 (4), 683-695, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2330/233029839013/>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2020.

LEITE, M. M. de F.; MONT'ALVERNE, C. R. da S. A. **A contribuição da psicologia no processo de inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 09, Vol. 09, pp. 05-22. Setembro de 2020.

LOPES, H. M. H. R. **Conceitos preliminares: objeto de estudo, visão filosófica, histórica e científica da Psicologia da Educação.** In: Psicologia da educação. Universidade Estadual De Montes Claros – 2ª ed. UNIMONTES. Montes Claros/MG – 2014.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; GALVÃO, P. **Psicologia Escolar e Educacional.** Volume 21, Número 3. São Paulo. Set/Dez 2017.

MEIRA, M. E. M. **Incluir para continuar excluindo: A produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia histórico-cultural.** In: Meira, M. E. M.; Facci, M. G. D.; Tuleski, S. A exclusão dos “includos”: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p.91-131.

- MORAES, D. de A. **A Importância do Lúdico na Educação Especial. Ciclo do Conhecimento**, 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com//01/a-importancia-do-ludico-na-educacao.html>. 2015
- NETO, A. de O. S. et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.
- OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAUJO, C. M. **Psicologia Escolar: cenários atuais**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 9 (3), 648-663. 2009.
- PASCULLI, A. G.; BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. **Interação de um aluno com paralisia cerebral com colegas de classe durante atividades lúdicas**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 18, n. 4, p. 587-600, 2012.
- RIBEIRO, A. P. de M. **Os reflexos da medicalização e psicologização da educação no currículo e nas formas de avaliar a aprendizagem**. In: Congresso Internacional em Avaliação Educacional, 2., 17 a 19 nov. 2005, fortaleza (ce). Anais... Fortaleza (ce): ufc/faced/nave, 2005.
- SANT'ANA, I. M. **Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Universidade Federal de São Carlos, 2011.
- SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, p. 227-234, 2005.
- SOUZA, M. P. R. de. **Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). V. 13. n 1, p. 179-182. Jan/Jun 2009.
- TRABBOLD, V. L. M. **Aprendizagem centrada no aluno**. In: Psicologia da educação. Universidade Estadual De Montes Claros – 2ª ed. UNIMONTES. Montes Claros/MG – 2014.
- WACHOWICZ, L. A. **O método dialético na didática**. Campinas: Papiros, 1991.